

1 Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, quinze horas e
2 quinze minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala
4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a Décima Sessão Plenária do
5 Décimo Sétimo Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Nessa ocasião, estavam
6 presentes, entre conselheiros e convidados, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes
7 Arcoverde Nóbrega, Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Andréa
8 Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Cleia Oliveira
9 Cunha, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabián Javier Marin
10 Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró
11 Bandeira, Marisa Helena Alves, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto
12 Martins Maldos, Regina Lúcia Sucupira Pedroza e Sandra Elena Sposito. Ana Sandra
13 informou que Iolete Ribeiro da Silva, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo e Rosane Lorena
14 Granzotto justificaram ausência na plenária. Ana Sandra Nóbrega iniciou a Sessão
15 Plenária saudando a todos os presentes, e o plenário passou aos informes. **1. Conselho**
16 **Nacional de Saúde (CNS) e Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM).**
17 Recentemente, fez-se, no âmbito do CNS, a recomendação de que as Comunidades
18 Terapêuticas não sejam consideradas instituições de saúde. Conseguiu-se uma reunião
19 ampliada na Comissão de Saúde Mental do CNS, que acontecerá nos dias trinta de
20 outubro e primeiro de novembro deste ano. Recentemente, o CNS aprovou uma
21 resolução na qual se posiciona contrariamente à lógica manicomial. Assim, há
22 comprometimento com a Carta de Bauru, marco na luta antimanicomial, e com a Rede
23 de Atenção Psicossocial (RAPs). É notória a atenção que o CNS tem dado à saúde
24 mental. **2. 5ª Audiência Pública sobre Base Nacional Comum Curricular (BNCC).**
25 Regina Pedroza informou ter sido o CFP convidado para participar da 5ª Audiência
26 Pública sobre Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ocorreu em onze de
27 setembro de dois mil e dezessete em Brasília. O projeto da terceira versão da BNCC foi
28 apresentado como síntese das outras duas que a precederam, mas isso não constitui fato:
29 pontos importantes foram retirados, como a questão do Ensino Médio, a ideologia de
30 gênero, a desconsideração da diversidade regional e a desigualdade social. **3. Resolução**
31 **do CFP nº 001 de 1999.** Ana Bock fez rápida visita ao plenário e falou de entrevistas
32 recentes dadas sobre as recentes polêmicas relacionadas à Resolução do CFP nº 001 de
33 1999. Sandra Sposito explicou a descaracterização dessa normativa por meio de uma
34 liminar da Justiça Federal do Distrito Federal. O processo judicial, instaurado por vinte
35 e três psicólogas e psicólogos, além do objetivo de sustar a resolução, exigia que o CFP
36 divulgasse a decisão e revogasse todas as cassações feitas a profissionais com o critério
37 do impedimento da normativa. A Assessoria Jurídica do CFP fez levantamento de mais
38 de duzentos processos éticos de cinco anos recentes e constatou que apenas três dos
39 processos tinham relação com a Resolução, o que configura pouco mais de um por
40 cento. Os psicólogos que provocaram a justiça argumentaram que pesquisas sobre
41 homossexualidade estão estagnadas desde a aprovação da resolução, fato que não
42 procede; haja vista que a regulamentação da pesquisa com seres humanos no Brasil é

43 regulada pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio da resolução
44 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Foi argumentado que a *American*
45 *Psychological Association* não recomenda terapias de reversão e solicitou-se a
46 materialidade da acusação, tendo em vista não haver qualquer coibição, por parte do
47 CFP, sobre pesquisas de homossexualidade, pois não cabe à autarquia essa função.
48 Durante a audiência, foi dito que se quer destruir a família brasileira e foram
49 apresentadas formas de práticas sexuais imputadas aos homossexuais. Durante a sessão,
50 o Ministério Público procedeu à leitura de declaração que afirmava que a resolução
51 estava em consonância com a Constituição Federal. O assunto teve repercussão mundial
52 e, ao que parece, a Justiça será mais cautelosa e proferirá voto sobre o assunto
53 coletivamente, em segunda instância. O mote da acusação de Rozangela Justino foi a
54 referência à ideologia de gênero. Será salutar, agora, juntar as manifestações de apoio
55 recebidas e procurar capitalizar a visibilidade gerada pela polêmica para propor pautas
56 sobre o assunto. **4. Mudança de regras de bagagens.** Foram apresentadas novas regras
57 sobre Instrução Normativa nº 4 de 1 de julho de 2017, do Ministério do Planejamento,
58 Desenvolvimento e Gestão (MPOG). A regra tenta controlar gastos públicos com
59 excesso de bagagens. Assim, a partir de agora, o CFP não mais arcará com gastos
60 relativos a excesso de bagagens, a não ser em casos excepcionais. O texto diz que os
61 gastos com bagagem despachada pelo servidor ou pessoa a serviço da Administração
62 Pública federal direta, autárquica e fundacional serão ressarcidos quando o afastamento
63 se der por mais de dois pernites fora da sede, limitado a uma peça por pessoa,
64 observadas as restrições de peso ou volume impostas pela companhia aérea, mediante
65 comprovação nominal do pagamento. **5. Questões financeiras – GTs APAF.** Há,
66 atualmente, vinte e três Grupos de Trabalhos (GTs) da Assembleia de Políticas
67 Administrativas Financeiras (APAF) em atividade. Deve-se ter em conta, contudo, que
68 os GTs não são permanentes, mas mecanismos temporários para encaminhar
69 determinados temas. Tendo em vista não haver instrumento da APAF que autorize uso
70 financeiro da Conta Divulgação para esse fim, não se poderão realizar mais reuniões
71 presenciais dos GTs da APAF até deliberação diversa. As reuniões serão apenas
72 telefônicas. Em seguida, o plenário passou a discutir os pontos de pauta. **1. Seminário –**
73 **Direito à Cidade, Emergências e Desastres.** O plenário recebeu os convidados Aldo
74 Zaiden e Tales Ab'Saber, que têm projetos relacionados à oferta de serviços de
75 Psicologia clínica nas ruas. Inicialmente Tales Ab'Saber fala sobre recente
76 documentário produzido “Intervenção: o amor não quer dizer grande coisa”. Tales
77 Ab'Saber apresentou trabalho realizado na cidade de São Paulo, em que psicanalistas
78 oferecem atendimento à população em espaços públicos. Tales Ab'Saber entende que
79 esse trabalho depara com questões políticas e científicas. É importante ao grupo que
80 essa atuação profissional se dê dentro das possibilidades técnicas da Psicanálise. O
81 psicanalista convidado considera que a chamada clínica de rua é um arranjo das teorias
82 da Psicanálise. Mencionou teóricos como Donald Woods Winnicott e explicou
83 processos como transmissão de inconscientes. Seu projeto de clínica de rua acontece aos
84 sábados em espaços públicos como a Casa do Povo, no bairro Bom Retiro, próximo à

85 Cracolândia, em São Paulo. O espaço fora construído por comunistas judeus na década
86 de mil novecentos e cinquenta. Não há qualquer burocracia para o atendimento, que é
87 isento de custos e não obrigam os analistas. A ideia é que os profissionais doem o
88 trabalho uma vez por mês. Desde o ano passado, mais de trezentas pessoas receberam
89 tratamento. Há casos de pacientes que vão semanalmente, mas são eles mesmos que
90 escolhem a direção do próprio tratamento, de acordo com seu desejo. Comentou que a
91 vida das pessoas frequentadoras do serviço lhe parece uma ruína. Pediu, assim, que o
92 CFP reconheça a importância desse tipo de ação, pois trabalhos como esse, assim como
93 a experiência de profissionais que atenderam alunos durante a ocupação recente das
94 escolas. Considera-se que o desmonte de políticas públicas e a reintrodução de milhões
95 de pessoas na marginalidade é um tipo de emergência e desastre. Apesar de
96 parabenizarem a iniciativa, questionou-se a ligação desses serviços com a Rede de
97 Proteção e falaram sobre a crítica da categoria em relação à jornada de trabalho de trinta
98 horas. Argumentou-se acerca da dificuldade de um possível posicionamento do CFP em
99 propor trabalhos gratuitos à categoria. Isso não impediria, contudo, outras ações
100 conjuntas. A criação de um grupo assim no Complexo Penitenciário de Bangu, no Rio
101 de Janeiro, juntamente com a médica Tania Kolker, foi sugerida no plenário. No Rio de
102 Janeiro, muitos egressos do sistema prisional tornam-se moradores em situação de rua.
103 Além disso, o plenário sugeriu que se faça, por meio do Centro de Referência Técnica
104 em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), um levantamento dos psicólogos que
105 trabalham em atendimentos clínico na rua. Ficou encaminhado que a Comissão de
106 Direitos Humanos (CDH) promoverá um dia de trabalho com o objetivo de agregar
107 psicólogos que trabalham com Emergências e Desastres e que trabalham com ações
108 como a da Clínica de Rua, que deverá ser finalizado com um diálogo digital sobre o
109 assunto. O CREPOP deverá usar experiência da Clínica de Rua para iniciar
110 mapeamento nacional de profissionais que fazem trabalhos semelhantes, isto é, o
111 atendimento clínico em rua. As conselheiras Marisa Alves, Jureuda Guerra e Clarissa
112 Guedes deverão ajudar a CDH a organizar o evento. **2. Carta de Bauru - Parceria com**
113 **Viradouro.** Uma reunião aconteceu em vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete
114 para falar sobre o Encontro que haverá para celebrar os trinta anos da Carta de Bauru,
115 que deverá acontecer nos dias oito, nove e dez de dezembro deste ano, na própria cidade
116 de Bauru. Esperam-se de três a quatro mil participantes no evento. A UNIP fornecerá o
117 local e há articulação com o CNS para a divulgação. Pretende-se fazer a abertura
118 artística do evento no parque Vitória Régia. No primeiro dia, haverá mesas redondas,
119 uma conferência e, no hall de entrada, uma feira de alimentação e de economia solidária
120 serão disponibilizadas. No sábado, haverá passeata no calçadão da cidade. O evento será
121 finalizado no domingo com uma grande conferência, em local a ser definido. Há
122 insegurança da organização do evento em relação orçamento. O CRP de São Paulo
123 financiará uma parte. Pedro Paulo Bicalho relatou ter ido conhecer o enredo "Loucura
124 como Potência Criadora", da escola de samba Viradouro. O CFP demonstrou interesse
125 pelo tema, e os conselheiros foram convidados a participar de um evento para falar dos
126 trinta anos da carta de Bauru. A escola de samba estará presente no evento de Bauru na

127 sexta-feira, dia oito de dezembro, com o carnavalesco e mestre de cerimônias e também
128 psicólogo Milton Cunha. Eles mesmos arcarão com o transporte até a cidade de Bauru.
129 Foi questionado se haverá alojamento e alimentação para as pessoas que vierem de fora.
130 Paulo Aguiar, Clarissa Guedes e Jureuda Guerra deverão articular-se para averiguar a
131 programação e a participação do CFP no evento. **3. Auditoria Interna.** É necessário
132 aprovar Portaria para regular funcionamento da auditoria interna do CFP. Atualmente,
133 há um auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), que permanecerá dez dias no
134 CFP e deverá ter acesso a todos os documentos. Uma das recomendações desse auditor
135 foi a Portaria. O plenário aprovou que a COJUR crie Portaria regulamentando auditoria
136 interna do CFP. **4. PLS 0280/2017.** Esse projeto de lei (PL) do senador Antônio
137 Anastasia estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da
138 Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a
139 particulares. Miraci Mendes apontou para celeridade desse Projeto de Lei e, atualmente,
140 encontra-se em consulta pública. Crê-se que, se aprovado, a agência de regulação
141 poderá esvaziar a função dos conselhos. Assim, é preciso haver mobilização com os
142 senadores. O tema deverá ser levado ao Fórum dos Conselhos Profissionais (Conselhão)
143 e ao Fórum dos Conselhos Profissionais de Saúde (Conselhinho) a fim de se
144 estabelecerem articulações. A Assessoria Jurídica subsidiará os conselheiros Paulo
145 Aguiar e Marisa Alves, para que estes pautem os referidos fóruns. **5. Reunião da**
146 **ABEP/ABRAPEE/CFP.** Ângela Soligo (Associação Brasileira de Ensino em
147 Psicologia - ABEP), Marilene Proença (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e
148 Educacional - ABRAPEE) fizeram reunião com Norma Cosmo sobre Projetos de Lei
149 que tratam de questões de formação em Psicologia e educação. O Projeto de Lei nº 3688
150 de 2000, que dispõe sobre a introdução de assistente social e psicólogo no quadro de
151 profissionais de educação em cada escola já tramitou pelas comissões pertinentes e
152 poderá ir ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação. Embora haja dezesseis
153 requerimentos solicitando votação, considera-se melhor estratégia aguardar um
154 momento político mais oportuno. Foi, também, discutido o Projeto de Lei do Senado nº
155 557 de 2013, que dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para
156 estudantes e profissionais da educação. Recebeu destaque o Projeto de Lei nº 105 de
157 2007, que trata da Psicologia no Ensino Médio. Por ser a educação assunto importante à
158 Psicologia, marcou-se agenda com o Ministro da Educação, José Mendonça Bezerra
159 Filho, no dia cinco de setembro deste ano, que foi cancelada. As entidades da Psicologia
160 tentarão nova audiência. Quer-se, agora, discutir esse último Projeto de Lei com o
161 Conselho Nacional de Educação (CNE). Na ocasião, a Psicologia, por meio das
162 entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), buscará
163 ter assento no CNE. No caso, a ABRAPEE seria a representante da Psicologia. No que
164 diz respeito à pesquisa sobre violência e preconceito na escola, foi afirmado que,
165 embora tenha sido finalizada, nada se fez para lhe dar publicidade. Haverá, portanto,
166 seminário com a finalidade de divulgá-la no dia vinte e dois de março de dois mil e
167 dezoito. Quanto ao Congresso Nacional de Psicologia Escolar, haverá mesa formada por
168 Ângela Soligo, Marilene Proença, Clarissa Guedes, Norma Cosmo e Regina Pedroza.

169 Na ocasião, deverá ser lançada pesquisa do CREPOP feita em dois mil e treze sobre
170 psicólogos docentes que trabalham na formação de outros psicólogos. Os resultados
171 dessa reunião serão encaminhados aos CRPs e núcleos da ABEP. Um dos
172 encaminhamentos da reunião é a solicitação de que o CREPOP crie referência aos
173 psicólogos que trabalham com educação. Rogério Giannini fez os agradecimentos finais
174 e encerrou a reunião às vinte horas e doze minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro
175 Paulo Gastalho de Bicalho, Secretário-Geral do CFP, a qual foi lida e assinada por todos
176 os presentes acima nomeados e referenciados _____.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Large handwritten signature]

[Handwritten signature]